



### **PRÁTICAS COMUNICATIVAS E CIDADÃS NA COMUNIDADE SANTA ROSA DOS PRETOS, NO CORREDOR CARAJÁS, NA AMAZÔNIA MARANHENSE <sup>1</sup>**

Larissa Pereira Santos  
Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.

#### **RESUMO**

Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim) é uma comunidade quilombola situada no nordeste brasileiro. Trata-se de uma comunidade que resiste aos impactos de projetos econômicos através de ações culturais, políticas, sociais e espirituais. Este artigo problematiza a ideia de resistência compartilhada no território, em especial por uma moradora dessa comunidade, contra o Programa Grande Carajás (PGC), instalado nos estados do Pará e Maranhão. Com pesquisa bibliográfica e entrevista narrativa (Martino, 2016) consideramos que as resistências manifestadas estão vinculadas às histórias de vidas das pessoas, à natureza e às relações que se estabeleceram nas comunidades impactadas pelo PGC.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Comunicação. Resistência; Amazônia; Programa Grande Carajás.

#### **1 INTRODUÇÃO**

A comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos está inserida em uma região da Amazônia brasileira caracterizada por vivenciar as graves consequências de grandes projetos econômicos. Amparada pelos processos de luta comunitária, esta discussão aborda a constituição da ideia de resistência compartilhada através de práticas comunicativas e cidadãs nesse território que se encontra impactado pelo projeto PGC. A importância da pesquisa se dá pelo fato de que comunidades afetadas pela extração mineral criam práticas cidadãs necessárias para o debate com a academia e a sociedade e que resistem à projetos de mineração, logo são permeadas de conhecimentos, mas pouco visibilizadas e valorizadas. Nossos objetivos são: entender a ideia de resistência compartilhada em contextos de enfrentamento à mineração na Amazonia pela comunidade citada; identificar conhecimentos anunciados através de práticas comunicativas e cidadãs; e, identificar desafios para a partilha de saberes entre as comunidades, a sociedade e a academia para o fortalecimento da cidadania, principalmente dos que se encontram afetados por projetos minerários.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 1 – comunicação popular, comunitária e cidadã - da XVIII Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2024, de 11 a 13 de junho de 2024, na Universidade São Judas (Paulista), São Paulo-SP.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa está sendo realizada a partir de entrevistas narrativas (Jovchelovitch e Bauer (s.d)), com moradoras e moradores de comunidades impactadas pelo Corredor Carajás, no estado do Maranhão, na Amazônia maranhense. Nesse resumo trazemos algumas reflexões iniciais de uma entrevista realizada com Anacleta Pires da Silva, uma mulher preta quilombola, que vive na comunidade Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, para respondermos os objetivos do presente artigo. Ressaltamos que as discussões apresentadas aqui serão ampliadas para que possamos compreender cada vez mais os processos comunicativos e de conhecimentos, que sabemos, estão sempre em transformação.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

O Programa Grande Carajás (PGC) e os conflitos relacionados a ele geram processos de lutas, resistências e cidadanias que são compartilhados através de práticas comunicacionais pelas comunidades que se encontram às margens desse grande projeto. A partir da escuta nas comunidades impactadas, os estudos de Paulo Freire (1983) são relevantes para abordarmos a comunicação como uma ação baseada no diálogo, no encontro entre sujeitos, que, a partir de laços de pertencimento e da busca pela transformação, criam reciprocidades e lutam pelos seus direitos. No ato do encontro, os sujeitos vislumbram “a significação dos significados”. (FREIRE, 1983, p. 45).

Martino (2016) defende o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro, um processo de alteridade entre identidades e diferenças. Para ele, no ato comunicativo está ligado a visões de mundo que podem ser compartilhadas através de narrativas.

O que as sujeitas e sujeitos envolvidos em contextos de projetos de mineração compartilham representa o conhecimento de quem fala a partir de um grupo ou comunidade específica e, representa níveis de conhecimento e partilha de saberes importantes para explicarmos como se dão os grandes projetos de mineração na Amazônia.

Para Wolton (2010, p.17) “viver é se comunicar e realizar trocas com os outros do modo mais frequente e autêntico possível. O ideal da comunicação está evidentemente ligado ao compartilhamento, aos sentimentos, ao amor”.

Aqui tentamos relacionar a constituição de novos saberes com práticas comunicacionais, partindo do pressuposto de que tal relação é intrínseca.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Projetos de mineração geram conflitos, resistências, lutas, mas também geram construção de saberes, ressignificação de palavras e ideias. A ideia de resistência trazida aqui é um exemplo de

como conhecimentos podem ser ressignificados e (re) apreendidos. A entrevistada para essa pesquisa, Anacleta Pires, é uma quilombola formada em Pedagogia do Campo e uma liderança comunitária, conhecida por anunciar críticas aos grandes projetos de mineração instalados em seu território.

A resistência para ela se relaciona com as experiências coletivas e a conexão entre seres humanos e natureza. “Resistencia é manter respeitos vitais a partir da terra. Quando nós entender que a resistência que se fala é o poder de força da terra, a gente consegue nos entender para poder entender o outro”<sup>2</sup>.

A partir das experiências da Anacleta entendemos a resistência como um modo de vida, que se configura desde o nascimento da pessoa. Segundo ela, é preciso entender os significados das palavras e o poder que elas têm a partir dos saberes que são repassados pelas comunidades tradicionais e povos originários, pois eles são cuidadores da terra.

Segundo Anacleta os projetos de mineração na Amazônia fazem parte de um “tratado de destruição da terra”, que apenas retira o que mina dela. A relação ancestral e comunitária de quilombo é condição essencial para esse entendimento. Trata-se de um entendimento que não desvincula a natureza das pessoas e coloca –a como essencial para a construção de uma visão de mundo.

Martino (2016) reforça que a possibilidade de narrar a vida a partir de suas subjetividades pode ser entendida como uma forma de resistência cultural e política, bem como para a afirmação de uma identidade. Aqui o sentido de resistência está inserido no caráter relacional, comunicacional e interacional entre pessoas e natureza, o que reforça a ideia de elaborar conhecimentos através de práticas de comunicação. Essa pesquisa vai aprofundar tal relação.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As experiências de Anacleta Pires são importantes para entendermos a ideia de resistência dentro de uma concepção ancestral, comunitária e coletiva. Este estudo destaca que é preciso “reconhecer, de forma mais profunda, a diversidade de saberes ancorados nas experiências de luta de grupos sociais que viveram múltiplas e sistemáticas situações de injustiça, opressão e destruição” (Meneses, 2020, p. 1067).

Percebemos uma similaridade entre os saberes da entrevistada, explicando o conceito de resistência, e os saberes de Davi Kopenawa, no seu livro “A queda do céu” (2015), que equipara a vida e o saber de uma árvore aos saberes humanos. Este estudo, que não está terminado, nos leva para um entendimento de resistência como algo processual, que sem as forças da natureza, da espiritualidade e da ancestralidade não consegue se sustentar.

---

<sup>2</sup> Pires, entrevista concedida à pesquisadora. São Luís – MA. 23 de julho de 2023.

A resistência vital apresentada aqui leva-nos ao desafio de construir novos conhecimentos, elaborar e ressignificar conceitos que são criados em detrimento dos direitos humanos e da natureza e pensar uma Amazônia de dentro. A experiência de Anacleto nos ajuda a construir esse processo.

## **Referências**

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Editio Perspectiva, 1982.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

DUTRA, Manuel. **A Amazônia como campo de trabalho jornalístico**. Disponível em: <http://blogmanueldutra.blogspot.com/2022/06/a-amazonia-como-campo-de-trabalho.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martín W. **Entrevista Narrativa**. s.d.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Comunidades do Corredor Carajás, no Maranhão, se preparam para participar do FOSPA 2022**. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/comunidades-do-corredor-carajas-no-maranhao-se-preparam-para-participar-do-fospa-2022/>. Acesso em: 24/jun 2023.

MARTINO, L. M. S. **De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade**. Parágrafo, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 40-49, jan./jun. 2016.

MENESES, Maria Paula. **Desafios à descolonização epistêmica: práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1067-1097.

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 2, n. 3, p. 18-41, jul./dez. 2005.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.